

DANIEL SERRA LIMA

*Mestre em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo.
Graduado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (UFRJ).
Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Cândido Mendes.
Advogado e Consultor.*

DEFINIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS NORMAS DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

TEORIA APLICADA À JURISPRUDÊNCIA DO STF

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2018
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

DANIEL SERRA LIMA

Definição, Interpretação e Evolução das Normas de Competência Tributária

Teoria Aplicada à Jurisprudência do STF

São Paulo: Quartier Latin, 2018.

ISBN 85-7674-915-7

1. Direito Constitucional Tributário. 2. Competência Tributária. 3. Interpretação
4. Jurisprudência. 5. STF. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

1184419

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Antonio Marcos Cavalheiro

Revisão gramatical

Ronaldo Santos Soares

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação por Eduardo Maneira.....	9
Prefácio por Paulo Ayres Barreto.....	13
Introdução.....	17

1. Linguagem e Normas Jurídicas, 25

1.1. Direito e Linguagem.....	27
1.2. Definição de conceitos.....	31
1.3. Definição de tipos.....	33
1.4. Críticas à distinção entre tipos e conceitos pelo modo de aplicação do direito.....	35
1.5. Tipos e conceitos no direito tributário.....	37
1.5.1. A utilização de conceitos classificatórios como decorrência da legalidade.....	37
1.5.2. A tipicidade aberta como decorrência de complexidade social.....	40
1.5.3. A linha adotada: tendência à especificação conceitual como decorrência da função limitadora das normas tributárias.....	46

2. A Interpretação e a Ciência do Direito, 51

2.1. Definição e questões problemáticas.....	53
2.2. Interpretação como conhecimento, como decisão e como criação do direito.....	54
2.3. A teoria da interpretação adotada: o ceticismo moderado.....	56
2.4. Da interpretação à aplicação do direito: a possibilidade de interpretar os textos normativos em abstrato.....	60
2.5. Metodologias de interpretação jurídica.....	68
2.5.1. O percurso gerador de sentido de Barros Carvalho.....	68
2.5.2. A busca do sentido literal possível em Larenz.....	69
2.6. A vontade racional da lei e a vontade do corpo legislativo.....	72
2.7. Porque conferir peso aos argumentos que justificam a interpretação jurídica ao invés de estabelecer uma metódica.....	73
2.7.1. Argumentos linguísticos.....	74
2.7.2. Argumentos sistemáticos.....	75
2.7.3. Argumentos históricos e genéticos.....	76
2.7.4. Argumentos consequencialistas.....	77
2.7.5. Prevalência dos argumentos linguísticos e sistemáticos sobre os demais.....	79
2.8. Conclusão parcial.....	80

3. A Repartição Constitucional de Competências Tributárias, 83

3.1. Definição e características da competência tributária.....	85
3.2. A opção pela repartição constitucional de competências tributárias por meio da nomeação dos impostos e contribuições sociais	88
3.3. Repartição de competências: uma decorrência do federalismo?	90
3.4. Histórico da repartição de competências tributárias	92
3.5. A natureza das normas atributivas de competência tributária	99
3.5.1. Diferenças conceituais entre princípios e regras.....	99
3.5.2. A repartição de competência tributária por meio de regras.....	100
3.5.3. A subeficácia dos princípios constitucionais sobre as regras de competência... ..	102
3.6. Justificativa e função das regras de competência tributária.....	106
3.6.1. Justificativa de regras e justificativa geradora de regras	106
3.6.2. Justificativa geradora das regras de competência.....	107
3.6.3. A função protetiva das regras de competência	110
3.6.4. A regra de permissibilidade expressa implícita no art. 154, inciso I, da CF/88.....	112
3.7. Da força vinculante das regras atributivas de competência.....	113
3.7.1. O conteúdo didático do art. 110 do CTN	115
3.8. A existência de conceitos classificatórios (e não tipos) nas normas atributivas de competência tributária	116
3.8.1. O papel da lei complementar.....	119
3.8.2. A repartição de competências por conceitos classificatórios e o espectro de liberdade do legislador infraconstitucional.....	120

4. A Construção de Sentido das Normas de Competência Tributária, 125

4.1. Intertextualidade e interdisciplinaridade: definições	127
4.2. Interdisciplinaridade: o Direito Tributário e outras Ciências	129
4.2.1. A técnica do reenvio externo.....	130
4.2.2. Críticas ao reenvio externo	132
4.2.3. Limites ao reenvio externo no Direito Tributário	134
4.2.4. Impossibilidade de reenvio externo ao nível constitucional: os conceitos têm conteúdo jurídico	135
4.2.5. O pluralismo metodológico interdisciplinar	139
4.3. Intertextualidade: o Direito Tributário e outros ramos do Direito	141
4.3.1. A possibilidade de criação de conceitos tributários autônomos: rejeição à concepção do Direito Tributário como um direito de superposição (ou sobreposição)	141
4.3.2. Hipóteses de interação entre o Direito Tributário e outros ramos do direito	143

4.3.3. O crivo da razoabilidade como barreira à autonomia conceitual.....	145
4.3.4. A incorporação dos conceitos jurídicos pelo Direito Tributário pode ser presumida.....	146
4.3.5. O conteúdo do art. 109 do CTN.....	147
4.4. Sobre a interpretação econômica das leis tributárias.....	150
4.4.1. Possíveis acepções do tema.....	150
4.4.2. A tentativa de introdução da interpretação teleológica no CTN.....	151
4.4.3. A origem da interpretação econômica da lei tributária na Alemanha.....	152
4.4.4. A interpretação econômica no pluralismo metodológico.....	156
4.4.4.1. A restrita aplicabilidade de critérios econômicos.....	157
4.5. Modelos de construção de conceitos constitucionais.....	159
4.5.1. Construção de conceitos autônomos.....	159
4.5.2. Incorporação de conceitos pré-constitucionais.....	163
4.5.2.1. Inexistência de reenvio interno: a irrelevância da posterior alteração do conceito na legislação de origem.....	164
4.5.3. A possibilidade de deformação do conceito jurídico pré-constitucional pelo contexto constitucional.....	166
4.5.4. A influência dos princípios na interpretação da regra de competência.....	170
4.5.4.1. A função dos princípios na construção do conceito dentro dos sentidos possíveis.....	170
4.5.4.2. A relevância do princípio da capacidade contributiva na interpretação.....	172

5. A Evolução da Competência Tributária, 175

5.1. Formas de modificar a Constituição.....	178
5.2. Breves comentários acerca da mutação constitucional.....	180
5.2.1. Distinção entre mutação constitucional e evolução interpretativa.....	180
5.2.2. Causas da mutação constitucional.....	182
5.2.2.1. A mutação como reconhecimento de um fato consumado.....	183
5.2.2.2. A mutação como decorrência da influência do caso concreto na interpretação.....	185
5.2.2.3. A mutação é possível porque o Direito se opera através da linguagem.....	186
5.3. Limites à mutação constitucional.....	187
5.3.1. O texto constitucional como limite à mutação.....	189
5.4. A modificação tácita da competência tributária.....	192
5.4.1. A (relativa) relevância da posterior alteração do conceito de origem.....	195

6. A Interpretação das Regras de Competência na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, 197

6.1. Contribuição social sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho.....	200
6.2. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	203
6.2.1. A mutação do conceito de serviços	207
6.3. Imposto sobre a circulação de mercadorias	212
6.3.1. A mutação do conceito de mercadorias	218
6.4. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores	223
6.5. Contribuição social sobre a receita ou o faturamento.....	225
6.6. Contribuição social sobre o valor aduaneiro.....	236
6.7. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.....	238
6.8. Perspectivas da jurisprudência do STF	246

Referências Bibliográficas, 249